

A. I. N° - 298917.0059/04-9
AUTUADO - DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LOUMAR LTDA.
AUTUANTES - ANITA MARCIA PIRES AZEVEDO
ORIGEM - INFAZ BRUMADO
INTERNET - 23.12.2004

1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0508-01/04

EMENTA: ICMS. LIVROS E DOCUMENTOS FISCAIS. FALTA DE EXIBIÇÃO AO FISCO. DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. MULTA. Infração caracterizada. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, lavrado em 01/09/2004, exige multa no valor de R\$ 370,00, por deixar de apresentar comprovantes das operações ou prestações contabilizadas quando intimado. A autuante acrescentou que pela terceira vez a empresa não atende a intimação para apresentação de livros e documentos referentes aos meses de junho/2000 e janeiro/2001, consoante via do Termo de Início de Fiscalização e Intimação para Apresentação de Livros e Documentos.

No campo “Descrição dos Fatos” do Auto de Infração, folha 01, a autuante consignou que o autuado foi intimado por 03 (três) vezes a apresentar livros e documentos à fiscalização, nos dias 12/07/2004, 04/08/2004 e 19/08/2004, não tendo atendido. Tendo sido aplicadas as penalidades cabíveis pelo descumprimento da obrigação acessória através dos Autos de Infração de números 298917.0052/04-4 de 27/07/2004, 298917.0057/04-6 de 13/08/2004 e do presente, conforme cópias que anexou às folhas 09/16 dos autos do presente PAF.

O autuado apresentou defesa, fls.20/24, impugnando o lançamento tributário, inicialmente, tecendo comentários sobre a obrigação tributária principal e acessória, Princípio da Equidade, da Verdade Real, transcrevendo parte dos artigos 113 e 172 do CTN, o caput do artigo 915 e seu § 6º, do RICMS e doutrina sobre o tema.

Alega que compareceu com os documentos solicitados pela fiscalização junto a INFAZ/Brumado, dentro do prazo estabelecido pela intimação, no entanto, não encontrou a autuante. Como os documentos exigidos estavam protocolados em nome da auditora, o preposto do contribuinte retornou ao estabelecimento, localizado fora do município, sem fazer a entrega dos documentos.

Ao finalizar, requer a improcedência do Auto de Infração.

Na informação fiscal, fl. 30, a autuante ressalta que as intimações foram realizadas por ela, e que esteve na repartição cumprindo horário integral de atendimento (das 08:30h às 11:30h e das 13:00h às 18:00h) em todo o período correspondente àquele em que a empresa deveria ter comparecido para atender ao chamado da fiscalização.

Ressaltou que a defesa apresentada não trouxe aos autos nenhum dado ou fato que possa elidir a presente ação fiscal, razão pela qual opina pela manutenção da autuação.

VOTO

Trata-se de Auto de Infração lavrado para exigir o pagamento de multa decorrente da falta de apresentação de comprovação das operações, quanto regularmente intimado.

O autuado nega a imputação, alegando que compareceu como os documentos solicitados pela fiscalização junto a INFAZ/Brumado, dentro do prazo estabelecido na intimação, porém, não encontrando a autuante. Tal argumento não é capaz de elidir a infração, uma vez que o autuado não apresentou qualquer elemento que comprovasse sua alegação, neste sentido, estabelece o art. 143, do PRAF/99, que a simples negativa do cometimento da infração não desonera o sujeito passivo de elidir a presunção de legitimidade da autuação fiscal.

Analisando os elementos que instruem o processo, constatei que a autuante acostou ao PAF o comprovante de que intimou o autuado, tendo ressaltado do Termo de Intimação que se tratava da 3ª Intimação, ou seja, as duas anteriores não foram atendidas, resultando na lavratura dos Autos de Infração nº 298917.0052/04-4 de 27/07/2004, 298917.0057/04-6 de 13/08/2004.

Saliento que, com base nos documentos que fundamentaram a autuação, tratar-se de contribuinte que, deliberadamente, não atendeu as intimações da Secretária da Fazenda do Estado da Bahia, tendo obrigado o fisco lavrar 03 (três) Autos de Infração, nos mês de julho, agosto e setembro, sem que o autuado atendessem as intimações. Tal fato demonstra, de forma incontestável, o acerto da ação fiscal, razão pela qual entendo que a autuação restou caracterizada.

Pelo acima exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **298917.0059/04-9**, lavrado contra **DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LOUMAR LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento da multa no valor de **R\$370,00**, prevista no art. 42, XX, da Lei nº 7.014/96.

Sala das Sessões do CONSEF, 20 de dezembro de 2004.

CLARICE ANÍZIA MÁXIMO MOREIRA – PRESIDENTE

ANTONIO CESAR DANTAS DE OLIVEIRA - RELATOR

MARCELO MATTEDI E SILVA - JULGADOR